

TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

Termo de Referência 207/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
207/2026	180156-ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA	BRUNA DE VASCONCELOS BIAZON SANCHES	21/10/2026 12:22 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		057.00475327/2026-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recapeamento asfáltico em área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12º BPM/I, situado na Rua General Júlio Marcondes Salgado, nº 414, Botucatu/SP, abrangendo área de intervenção de 821,00 m², com fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, maquinários, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Especificação	SIAFÍSICO	COMPRAS	Unidade de medida	Quantidade total	Valor Total
1	Recapeamento Asfáltico	66044	1406	unid	1	R\$ 80.857,26

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026. A ausência de previsão decorre de necessidade superveniente identificada pela Administração durante o exercício, em razão das atuais condições de deterioração do pavimento, não tendo sido possível sua integral previsão à época da elaboração do planejamento anual.

2.2.1. A necessidade encontra-se devidamente caracterizada e alinhada ao planejamento estratégico institucional, justificando-se o prosseguimento da contratação mediante a adoção das providências administrativas cabíveis para sua adequada instrução e processamento, observadas as normas aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade e as medidas relacionadas aos possíveis impactos ambientais indicados no Estudo Técnico Preliminar, bem como a legislação ambiental aplicável à execução, ao transporte e à destinação dos resíduos provenientes dos serviços.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos para a presente contratação, devendo os materiais empregados atender às especificações técnicas, aos padrões mínimos de qualidade e desempenho e às normas técnicas aplicáveis estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram a contratação.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.

4.3. Não haverá vedação à utilização de marca ou produto específico, desde que os materiais empregados atendam integralmente às especificações técnicas e aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos neste Termo de Referência e nos demais documentos da contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante ou fornecedor dos materiais empregados na execução dos serviços. Garantia da contratação

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. A realização de vistoria prévia no local de execução dos serviços será facultativa aos interessados, com a finalidade de permitir o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Será assegurado aos interessados o direito de realizar a vistoria, mediante acompanhamento por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, mediante agendamento prévio.

4.7. Serão disponibilizados datas e horários distintos aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo a evitar a realização simultânea por diferentes licitantes.

4.8. Para a realização da vistoria, o representante legal do interessado ou seu responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento de identidade e, quando aplicável, documento que comprove sua vinculação ou autorização para representar a empresa.

4.9. A vistoria deverá ser previamente agendada junto ao 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12º BPM/I, pelos telefones (14) 3811-2042 ou (14) 3811-2040, e será realizada na Rua General Júlio Marcondes Salgado, nº 414, Botucatu/SP.

4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria prévia, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução dos serviços.

4.11. A não realização da vistoria prévia não poderá ser utilizada como fundamento para alegações posteriores de desconhecimento das condições locais, tampouco para pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais em razão de informações que poderiam ter sido obtidas mediante a vistoria.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. Os serviços compreenderão as intervenções necessárias à adequada execução do recapeamento asfáltico, incluindo a fresagem do pavimento existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante, a execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, a compactação, o acabamento e os demais serviços previstos neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária, no Projeto e nos demais documentos técnicos integrantes da contratação.

5.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1. Início da execução do objeto: na data estabelecida na Ordem de Início de Serviços – OIS.

5.2.2. O prazo para execução e conclusão dos serviços será de até 30 (trinta) dias, contado da data de início estabelecida na Ordem de Início de Serviços – OIS, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro da contratação.

5.2.3. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos de execução encontra-se estabelecida no Memorial Descritivo, no Projeto Básico, na Planilha Orçamentária, no Cronograma Físico-Financeiro e nos demais documentos técnicos integrantes da contratação.

5.2.4. Cronograma de realização dos serviços: conforme Cronograma Físico-Financeiro integrante da contratação.

5.2.5. A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, as especificações constantes deste Termo de Referência, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária, do Projeto, das Composições de Custos, do Cronograma Físico-Financeiro e dos demais documentos que integram a contratação, bem como as normas de segurança do trabalho e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados na área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12º BPM/I, situado na Rua General Júlio Marcondes Salgado, nº 414, Botucatu/SP, na área de intervenção delimitada no Projeto Básico.

5.3.1. A área objeto da intervenção corresponde a aproximadamente 821,00 m².

5.3.2. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, podendo haver execução em outros dias ou horários, desde que previamente autorizada pela Administração.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4.1. O Contratado deverá fornecer integralmente a mão de obra, os materiais, os equipamentos, os maquinários, as ferramentas, o transporte e os demais insumos necessários à completa execução do objeto, observando as especificações técnicas, as normas aplicáveis, as boas práticas de engenharia e as normas de segurança do trabalho.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Previamente à execução da nova camada de revestimento, deverá ser realizada a fresagem do pavimento asfáltico existente em área de 821,00 m² e com espessura de até 5 cm, mediante utilização de equipamentos apropriados, de modo a remover a camada superficial deteriorada e proporcionar condições adequadas à execução das etapas subsequentes. Os resíduos provenientes da fresagem, em quantitativo estimado de 21,35 m³, deverão ser removidos, transportados e destinados a local devidamente autorizado.

5.5.2. Após a fresagem, deverá ser realizada a limpeza da superfície mediante hidrojateamento em área de 821,00 m², visando remover materiais soltos, resíduos e impurezas que possam prejudicar a aderência e a adequada execução da nova camada de revestimento.

5.5.3. Concluída a limpeza e a preparação da superfície, deverá ser executada a imprimação betuminosa ligante em área de 821,00 m², mediante aplicação uniforme de emulsão asfáltica ligante tipo RR-1C, observadas as especificações constantes dos documentos técnicos integrantes da contratação.

5.5.4. A camada de rolamento deverá ser executada em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm e quantitativo estimado de 24,63 m³, contemplando fornecimento, transporte, aplicação, espalhamento, compactação e acabamento final, em conformidade com os documentos técnicos integrantes da contratação e com as normas aplicáveis do DNIT e do DER-SP.

5.5.5. A aplicação do CBUQ deverá ser realizada com equipamentos apropriados e compatíveis com o serviço, incluindo vibroacabadora, rolo compactador vibratório e rolo compactador de pneus, de modo a garantir adequada distribuição, compactação, regularidade e acabamento da superfície.

5.5.6. O pessoal empregado na execução deverá ser devidamente qualificado e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e os demais equipamentos de segurança necessários à realização das atividades, cabendo ao Contratado observar as normas de segurança do trabalho aplicáveis.

5.5.7. Durante a execução, deverão ser adotadas as medidas necessárias à sinalização, proteção e segurança da área de intervenção, de modo a evitar riscos aos profissionais envolvidos, aos usuários das instalações e ao patrimônio público.

5.5.8. Os materiais, os equipamentos e as técnicas empregados deverão atender às especificações deste Termo de Referência, do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária e dos demais documentos técnicos integrantes da contratação.

5.5.9. Os resíduos e materiais gerados durante a execução deverão ser devidamente acondicionados, removidos, transportados e destinados pelo Contratado a locais devidamente autorizados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável, devendo ser apresentados os respectivos comprovantes de destinação quando exigidos pela Administração.

5.5.10. Ao término da execução, o Contratado deverá promover a limpeza da área afetada pelos serviços, removendo resíduos, materiais, equipamentos e instalações provisórias, deixando o local desobstruído e em condições adequadas de utilização.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6.1. Durante o período de garantia, o Contratado deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou dos materiais empregados, sem ônus adicional para a Administração.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s), nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 17 do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado, nos termos do art. 17, inciso III, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto, nos termos do art. 17, inciso IV, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, nos termos do art. 117, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, nos termos do art. 17, inciso II, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

Fiscalização administrativa.

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, nos termos do art. 18, incisos II e III, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, nos termos do art. 18, inciso IV, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19.1. Acompanhamento da execução dos serviços em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro, o Projeto Básico, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária e os demais documentos técnicos integrantes da contratação.

6.19.2. Verificação da qualidade dos materiais empregados, dos quantitativos executados, das condições de segurança do trabalho e da adequada destinação dos resíduos gerados.

6.19.3. Conferência das medições, dos comprovantes de destinação dos resíduos e dos demais documentos necessários ao recebimento e ao pagamento dos serviços executados.

Gestor do contrato

6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato, nos termos do inciso III do art. 2º do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do art. 16, inciso IX, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e nas eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 16, inciso VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, nos termos do art. 16, inciso VIII, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, nos termos do art. 16, inciso VII e parágrafo único, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.2.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.2.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. a efetiva execução dos serviços previstos no Cronograma Físico-Financeiro;

7.3.2. a conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas, os quantitativos, as unidades de medida e os padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência, no Projeto Básico, no Memorial Descritivo, na Planilha Orçamentária e nos demais documentos integrantes da contratação;

7.3.3. a aprovação das medições e dos serviços pelo fiscal técnico do contrato.

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.6. O Contratado também apresentará, a cada medição, quando aplicável:

I – declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é exclusivamente de origem exótica ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA; II – as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III – no caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV – as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO; e

V – as faturas, as notas fiscais e os demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos florestais ou de origem mineral utilizados no serviço, quando aplicável, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.7. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do

art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias dos documentos indicados na subdivisão anterior, quando aplicável.

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021, e dos arts. 17, inciso X, e 18, inciso VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

7.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 17, inciso X, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do art. 18, inciso VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada etapa prevista no Cronograma Físico-Financeiro, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e analisar o desempenho e a qualidade dos serviços realizados, podendo a avaliação resultar no redimensionamento dos valores a serem pagos ao Contratado, mediante registro em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um termo a ser emitido, com a entrega do último.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório.

7.16. A fiscalização não efetuará o ateste da última ou única medição dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório, nos termos dos arts. 119 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e das instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, da proposta e dos demais documentos integrantes da contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como os demais documentos que o servidor julgar necessários, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para o recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e da quantidade dos serviços e sua consequente aceitação mediante termo detalhado, observados os seguintes procedimentos:

7.20.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na

execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos e nas eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 16, inciso VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023;

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso existam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes e solicitar ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e na documentação apresentada;

7.20.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e pela gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, havendo parcela incontroversa, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativamente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto estiver pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, permanecendo aplicáveis as obrigações de garantia previstas neste Termo de Referência.

Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogável por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, em conjunto com o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada contém os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, quando aplicáveis:

7.25.1. o prazo de validade;

7.25.2. a data da emissão;

7.25.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.25.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.25.5. o valor a pagar; e

7.25.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. A Nota Fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá guardar correspondência com os serviços efetivamente executados, medidos e aprovados pela fiscalização

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação ou a contratação com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicafe.

Prazo de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme a seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, em conjunto com o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990, bem como incidirão juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.37. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento dessa condição poderá ocorrer mediante comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.38. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.39. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na Nota Fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em períodos anteriores.

7.40. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, por ocasião do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.41. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e às contribuições abrangidos por aquele regime. O pagamento ficará condicionado, entretanto, à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.42. Não será admitida a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime e forma de execução

8.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado da contratação, observados os custos unitários constantes da Planilha Orçamentária integrante da contratação.

8.3.1. Valor global: o valor estimado da contratação é de R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos).

8.3.2. Custos unitários: serão observados os valores constantes da Planilha Orçamentária integrante da contratação, conforme os critérios de aceitabilidade estabelecidos no instrumento convocatório.

Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta aos cadastros informativos oficiais aplicáveis.

8.5. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL. Esta condição será considerada cumprida caso o devedor comprove que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos da legislação aplicável.

8.6. A habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF quanto aos documentos por ele abrangidos, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos para a contratação.

8.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a documentação atualizada.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o interessado for a matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz e, se for filial, deverão estar em nome da filial, ressalvados os documentos que, pela própria natureza, sejam comprovadamente emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, quando admitidos pela legislação.

Habilitação jurídica

8.10. Para fins de habilitação jurídica, o interessado deverá apresentar a documentação compatível com sua natureza jurídica, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e da regulamentação aplicável.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os documentos exigidos pela legislação aplicável, incluindo:

8.11.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.11.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

8.11.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

8.11.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.11.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme aplicável, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

8.11.6. prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal, conforme aplicável ao objeto da contratação.

Qualificação econômico-financeira

8.12. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser apresentada certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.12.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

Qualificação técnica

8.13. A empresa deverá possuir registro ou inscrição vigente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme aplicável, compatível com as atividades necessárias à execução do objeto.

8.14. A Contratada deverá indicar profissional legalmente habilitado e devidamente registrado no respectivo conselho profissional para assumir a responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

8.15. A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) a execução anterior de serviços de revestimento asfáltico com aplicação e compactação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, de características semelhantes e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à parcela de maior relevância do objeto da contratação.

8.16. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, deverá ser demonstrado que o profissional indicado como responsável técnico possui experiência na execução de serviços de revestimento asfáltico com aplicação e compactação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente admitido pelo respectivo conselho profissional e pela legislação aplicável.

8.17. Os atestados ou certidões apresentados deverão conter informações suficientes para identificação do objeto executado, local da execução, características e quantitativos dos serviços, identificação do contratante e identificação do responsável pela emissão do documento.

8.18. Será admitida, quando legalmente cabível, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados para comprovação da capacidade técnica exigida, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

8.19. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a legitimidade dos atestados e demais documentos apresentados, podendo solicitar contratos, notas fiscais, endereços dos locais de execução e outros documentos necessários à comprovação das informações.

8.20. A empresa vencedora deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme aplicável, relativa à execução do objeto, devidamente registrada no conselho profissional competente.

8.21. A exigência de qualificação técnica justifica-se pela natureza do objeto e pela necessidade de assegurar que a empresa e os profissionais responsáveis possuam experiência e capacidade compatíveis com a execução dos serviços de recapeamento asfáltico, de modo a garantir a qualidade, a segurança e a adequada execução do objeto.

8.22. O interessado deverá declarar que tomou conhecimento das informações e das condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo realizar vistoria prévia no local de execução dos serviços, mediante agendamento junto ao 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior – 12º BPM/I, pelos telefones (14) 3811-2042 ou (14) 3811-2040.

8.22.1. A realização da vistoria será facultativa e poderá ser substituída por declaração formal, assinada pelo responsável técnico do interessado, de que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento do local como fundamento para o descumprimento das obrigações assumidas.

Outras comprovações.

8.23. Tratando-se de consórcio:

8.23.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio dado o baixo valor estimado da contratação e a baixa complexidade do objeto, o que demonstra a suficiência do mercado local e regional de empresas individuais, evitando-se o aumento desnecessário dos custos administrativos de gestão contratual.

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. Registro da cooperativa e do engenheiro responsável técnico no CREA.

8.24.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome do engenheiro, comprovando que ele já executou serviços de recapeamento asfáltico compatíveis.

8.24.3. Declaração ou comprovação de disponibilidade dos equipamentos necessários (como rolo compactador, vibroacabadora ou caminhão espargidor), compatíveis com a execução do serviço.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme os custos unitários e os quantitativos constantes da Planilha Orçamentária integrante da contratação. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, em conjunto com a Resolução PGE nº 23, de 12 de novembro de 2015, e o Decreto estadual nº 63.316, de 26 de março de 2018.

9.2. Para a composição do orçamento estimativo, foi utilizada como fonte a Tabela/Boletim da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, referência 202/2026, considerando os custos necessários à execução integral do objeto, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, encargos e demais componentes previstos na documentação técnica da contratação

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1. Gestão/Unidade: 180156;

10.2.2. Fonte de Recursos: 150010001 – Tesouro;

10.2.3. Programa de Trabalho: 180.402 – Administração Geral da Polícia Militar;

10.2.4. Elemento de Despesa: 33903979.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAICON HENRIQUE VITTI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2026 às 12:22:38.

PROJETO BÁSICO E MEMORIAL DESCRITIVO



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE

www.policiamilitar.sp.gov.br
12bpmip4@policiamilitar.sp.gov.br

PROJETO BÁSICO Nº 12BPMI-001/40/2026

1. OBJETO:

- 1.1 Projeto Básico para contratação de empresa especializada em serviços de construção civil visando serviços de **limpeza, preparação e aplicação de nova camada de revestimento asfáltico** no pátio destinado ao estacionamento de viaturas, localizado na área posterior da edificação que abriga a Sede do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I), pertencente ao Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7) no Município de Botucatu-SP, descrita abaixo:

1.1.1 Unidade: 12ºBPM/I – Décimo Segundo Batalhão Polícia Militar do Interior;

1.1.2 Endereço: Rua General Julio Marcondes Salgado, 414 – Vila Silvinha, Botucatu/SP.

2. Os serviços deverão ser executados com fornecimento total de **total de mão de obra e material**, devendo atender as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais, Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos, fornecimento dos Programas de Controle Médico e Saúde Ocupacional- PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais- PPRA e Programa de Condições e Meio Ambiente na Indústria da Construção Civil- PCMAT em validade para o período das obras.

3. ANEXOS

- 3.1 Memorial Descritivo nº 12BPMI-001/40/2026;
3.2 Planilha Orçamentária nº 12BPMI-001/40/2026;
3.3 Cronograma Físico Financeiro nº 12BPMI-001/40/2026.

Elaborado por:

**WILLIAN
SARAIVA**

**SIBIM:3755508
2810**

Assinado de forma
digital por WILLIAN
SARAIVA

SIBIM:37555082810

Dados: 2026.08.25

16:37:28 -03'00'

WILLIAN SARAIVA SIBIM

2º Sgt PM Encarregado

Setor de Obras e Manutenção

Conferido por:



Documento assinado digitalmente

MAICON HENRIQUE VITTI

Data: 25/08/2026 16:23:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MAICON HENRIQUE VITTI

1º Ten PM Ch Seç Log



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE

www.policiamilitar.sp.gov.br
12bpmip4@policiamilitar.sp.gov.
br

MEMORIAL DESCRITIVO Nº 12BPMI-001/40/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS:

1.1. O presente deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças deve ser considerado como se estivesse estabelecido em todas e os que não forem relatados entender-se-ão conforme da I-38-PM instruções para administração de bens imóveis, ABNT ou NBR respectivas;

1.2. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá examinar os documentos fornecidos pelo contratante, e poderá realizar vistoria previa no local, onde serão executadas as obras, a fim de levantar-se em quantidades e, também eventuais dúvidas, omissões ou falhas, as quais deverão ser levadas por escrito ao conhecimento da Contratante até 2 (dois) dias úteis antes do processo licitatório para serem sanadas;

1.3. Não serão aceitas reclamações posteriores à licitação, relativas a serviços não previstos, divergências de cálculo quantitativo e/ou falhas do projeto básico;

1.4. A mão de obra será de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada para a obra ora licitada;

1.5. Equipamentos e materiais: deverão ser devidamente adequados para finalidade específica do presente Memorial Descritivo, de acordo com as normas pertinentes ao serviço. Os materiais empregados deverão obedecer às especificações contidas no presente Memorial Descritivo;

1.6. A execução deverá estar de acordo com o disposto no presente Memorial Descritivo, Edital de Licitação, Ordem de Execução de Serviço e Supervisão do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo;

1.7. Ficará a critério da Fiscalização da contratante impugnar e mandar demolir/ refazer trabalhos executados em desacordo as normas vigentes e os especificados neste projeto básico, os quais serão refeitos pela Contratada sem quaisquer ônus para a Contratante;

1.8. Garantia: a Contratada deverá oferecer, por escrito, garantia de 05 (cinco) anos sobre os serviços realizados e materiais empregados, contados a partir da entrega dos serviços nos termos do art. 618 do Código Civil.

2. DIRETRIZES GERAIS DA INTERVENÇÃO:

2.1. Acessibilidade – Nos termos da legislação vigente e de acordo com as condições de reforma prediais e seus complexos, este requisito será cumprido;

2.2. Adequação a legislação ambiental – Nos requisitos que dependem de obras civis será observado o tratamento técnico necessário;

2.3. Segurança estrutural de acordo com as normas de segurança;

2.4. Funcionalidade – O projeto irá buscar otimizar a funcionalidade do Pátio dentro das possibilidades de intervenção propostas neste projeto;

2.5. Economicidade – Compreende a busca materiais e mão de obra que tenham o menor custo, sem desprezar a qualidade e funcionalidade;

2.6. Revitalização e zelo de um espaço público muito importante para a comunidade, que terá a seu dispor um ambiente acolhedor e com melhores condições de atender o público interno e externo.

2.7. Visando à conservação do patrimônio público imobiliário, bem como atender as exigências contidas nas legislações em vigor e especificações contidas nas normas técnicas brasileiras, sobre tudo a segurança dos Polícias Militares que trabalham nos na sede do 12BPM/I, serão contratados os de serviços de construção civil visando **limpeza, preparação e aplicação de nova camada de revestimento asfáltico** no pátio destinado ao estacionamento de viaturas, localizado na área posterior da edificação que abriga a Sede do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I), incluindo fornecimento total de mão-de-obra e materiais, bem como a disponibilização de equipamentos e maquinários necessários à implementação do projeto em 30 (trinta) dias, devendo obedecer ao estabelecido neste Memorial Descritivo.

3. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS

3.1. A mão de obra será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e de primeira qualidade, devendo ser especializada para os serviços ora contratados. Os equipamentos de segurança individuais (EPIs) deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sendo que os profissionais que executarem serviço sem o devido equipamento, deverão ser substituídos pela CONTRATADA;

3.2. O pessoal empregado pela CONTRATADA deverá ser identificado;

3.3. Os equipamentos deverão ser devidamente adequados para a finalidade específica do presente Projeto Básico, de acordo com as normas técnicas pertinentes ao serviço, e fornecidos pela empresa CONTRATADA;

3.4. Os materiais e técnicas adotadas deverão ser os usuais em nosso padrão atual de engenharia, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando a melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais, que dificulte sua manutenção ou eventual reparo;

3.5. Os serviços poderão discorrer de segunda a sexta, nos horários compreendidos das 07:00 às 18:00, excetuando-se feriados, pontos facultativos, cumprindo a jornada mínima semanal estabelecida para cada profissão, devendo haver um acordo prévio, ciência e autorização da Fiscalização em casos contrários ao usualmente.

3.6. Todas as EMPRESAS interessadas em participar da licitação, poderão anteriormente realizar visita in loco, a fim de tomar conhecimento dos serviços a serem realizados, deverão respeitar o presente Projeto Básico e demais normas relativas à boa técnica do ramo.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Escopo Dos Serviços:

4.1.1. Serviços preliminares (início, apoio e administração da obra);

4.1.2. Demolições/Retiradas/Limpezas;

4.1.3. Pavimento Asfáltico;

Descrição dos serviços a serem executados

4.2. INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS E CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS:

4.2.1. O canteiro de obras, para efeito deste MEMORIAL, compreende todas as instalações provisórias junto à área das intervenções, com a finalidade de garantir as condições adequadas de trabalho, abrigo, segurança e higiene a todos os elementos envolvidos, direta ou indiretamente, na execução e identificação, em conformidade às normas técnicas vigentes;

4.2.2. Cuidados especiais deverão ser adotados no caso de armazenamento dos materiais a serem utilizados na execução da obra;

4.2.3. No caso de materiais perecíveis, tais como, cimento, aditivos etc., devem ser tomadas medidas especiais para a correta proteção, evitando-se infiltrações de água e outros líquidos nos depósitos destes materiais;

4.2.4. Após a conclusão da obra, de acordo com as determinações da Fiscalização, o canteiro de serviços e os demais ambientes envolvidos deverão ser totalmente limpos, procedendo-se a desmontagem de suas instalações, executando-se demolições necessárias, eliminação de todas as interferências, removendo-se todo o entulho e materiais inservíveis (restituição da área em condições de utilização);

4.2.5. Todos os elementos utilizados durante o serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação;

4.2.6. O local para a instalação do canteiro de serviço será **definido pela Fiscalização**.

4.2.7. O canteiro de serviços instalado pela Contratada deverá contar, de acordo com a natureza de cada uma de suas etapas, com todos os equipamentos, maquinários, ferramentas etc., necessários à sua boa execução;

4.2.8. O fechamento do perímetro da obra, deverá ocorrer após a reunião de execução dos serviços bem como autorizada pelo Fiscal, seguindo as seguintes especificações técnicas contidas em planilha orçamentaria e Tabela de custos referencial CDHU – 202;

4.1. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS A SEREM EXECUTADOS PELA CONTRATADA

4.1.1. Antes de ser iniciada qualquer obra de demolição, as linhas de abastecimento de energia, dados e telefonia, devem ser desligadas, retiradas e transportadas para a nova rede a ser elaborada, respeitando às normas e determinações em vigor. As redes de água, gás e outros inflamáveis, as canalizações de esgoto e de escoamento de água pluvial deverão ser desligadas e realizado ligações provisórias para não haver o desabastecimento. Para tanto a CONTRATADA deverá entrar em contato com as concessionárias para a realização de tais procedimentos, sendo que tudo que for desligado, retirado, protegido e isolado, deverá ser reestabelecido pela contratada conforme anteriormente existente no complexo deste Grande Comando.

4.1.2. O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária e dos equipamentos adequados para a execução dos serviços de: fresagem de pavimento asfáltico de até 5cm de espessura, por meio de fresadora a frio; a varrição manual da pista; a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes. Remunera também o fornecimento de água necessária à execução dos serviços, a mobilização e desmobilização da fresadora. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR15114.

4.1.3. O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra ou alvenaria ou concreto ou argamassa ou madeira ou papel ou plástico ou metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, acondicionados em caçambas distintas, sem mistura de material, abrangendo: a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº

307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas; b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo; c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba; d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba; e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados. f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação; g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.

4.1.4. O item remunera a taxa de descarte de material inerte em aterro certificado pela CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), CADRI (Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental) e credenciado pelos órgãos legisladores de São Paulo. Conversão de acordo com a NBR 6120 a) Blocos artificiais: Blocos de argamassa 2200 kg/m³; cimento 2000 kg/m³; lajotas cerâmicas 1800 kg/m³; tijolos furados 1300 kg/m³; tijolos maciços 1800 kg/m³; tijolos sílico-calcários 2000 kg/m³; b) Revestimentos e concretos: Argamassa de cal, cimento e areia 1900 kg/m³; argamassa de cimento e areia 2100 kg/m³; concreto simples 2400 kg/m³; concreto armado 2500 kg/m³; c) Forro fibra mineral 300 Kg/m³.

4.1.5. O item remunera o fornecimento equipamentos, mão de obra, materiais acessórios de proteção necessários para a execução do serviço de limpeza em superfície rígida, por meio de jato d'água de alta pressão em locais de concreto.

4.1.6. O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão de obra necessários para a execução de imprimação betuminosa ligante, compreendendo os serviços: fornecimento de emulsão betuminosa ligante tipo RR-1-C, incluindo perdas; carga, transporte de 10 quilômetros até o local de aplicação; aplicação da emulsão asfáltica formando camada betuminosa ligante. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.

4.1.7. O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão de obra necessários para a execução de camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente tipo CBUQ, 3cm, compreendendo os serviços: fornecimento de mistura homogênea a quente,

executada em usina de agregados e material betuminoso, incluindo perdas; carga, transporte de 10 quilômetros até o local de aplicação, descarga; execução de camada de concreto asfáltico, compactação e acabamento final. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização. Item contempla 3cm de asfalto compactado

4. LIMPEZA GERAL E TESTE FINAL

4.1. O local deverá ser entregue completamente limpo, interna e externamente, com todas as instalações em perfeito funcionamento;

4.2. Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal;

4.3. Fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal até a caçamba;

4.4. Remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, acondicionados em caçambas distintas, sem mistura de material, abrangendo:

4.5. A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;

4.6. Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;

4.7. Fornecimento da mão-de-obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;

4.8. Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;

4.9. A mão-de-obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados;

4.10. Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o "Controle de Transporte de Resíduos" (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;

4.11. Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas;

4.12. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004;

4.13. Concluídos todos os trabalhos de execução e limpeza da área objeto da obra, será realizado a fiscalização pelo responsável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. Execução:

5.1.1. Não poderão ser executados serviços não previstos em contrato sem motivação prévia e autorização do Contratante;

5.1.2. O início das obras está condicionado a expedição da Ordem de Início dos serviços (OIS);

5.1.3. Deverão ser emitidas ART/RRT, de Execução de obras, com a responsabilidade do profissional relacionado à empresa, estando em conformidade com as Leis Federais nº 6.496/77 e nº 12.378/10 da execução dos serviços envolvidos, assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA/CAU, conforme Leis Federais nº 5.194/66 e nº 12.378/10, respectivamente e encaminhar cópias ao Contratante no ato da assinatura da ordem de execução dos serviços;

5.1.4. Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da contratada;

5.1.5. Caberá somente ao Contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;

5.1.6. Os quantitativos apresentados na planilha em anexo são estimativos; caberá a interessada levantar a relação minuciosa e dificuldades construtivas a serem observadas no local e incluí-las em seus custos;

5.1.7. Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo Contratante eventuais alterações em relação ao projeto básico apresentado;

5.1.8. Todas as normas e legislação citadas neste projeto básico deverão ser consultadas pela Contratada e verificadas quanto a possível atualização, revogação ou derrogação, devendo ser aplicado o texto normativo (ou legal) em vigor, respeitando os períodos de vacância (se aplicado);

5.1.9. Havendo conflito de aplicabilidade entre a norma ou legislação em vigor e o texto deste projeto básico, deverá a contratante ser imediatamente informada, por escrito, para manifestação da forma a proceder valendo-se do princípio da autotutela administrativa e da supremacia do interesse público.

5.2. Preços:

5.2.1. A Contratada deverá apresentar planilha contendo quantidade dos serviços e seus preços unitários de mão de obra e material, de acordo com o contido neste Memorial Descritivo, e ainda o preço global da proposta;

5.2.2. Para a composição da planilha orçamentária que trata o objeto supracitado, foram utilizadas como base a Planilha CDHU 2026 e orçamentos de empresas especializadas que tem por finalidade descrever e especificar os serviços que compõem a manutenção do pátio interno, com execução de pavimentação Asfáltica, deste Grande Comando de serviço única;

5.2.3. tratam-se de preços que são aceitos dentro da Lei 14.133/21, conforme o disposto no art.43 - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente;

5.2.4. por fim, informamos que a Planilha Orçamentária está com valores atualizados e correspondem à média praticada no mercado para os serviços a serem realizados.

5.3. Prazos:

5.3.1. **De início:** imediato, após a emissão e assinatura da Ordem de Início de Serviço e liberação da Nota de Empenho.

5.3.2. **De execução:** 30 (trinta) dias, excluindo os dias que implicarem em parada da obra, conforme liberação da fiscalização e aprovação do Contratante.

5.3.3. **De observação:** 30 (trinta) dias após o recebimento da obra.

5.3.4. **De garantia:** 05 (cinco) anos.

5.3.5. **De validade da proposta:** 90 (noventa) dias.

5.3.6. Profissionais:

5.3.7. O pessoal empregado deverá ser competente para a execução da obra, além de serem identificados previamente, portar crachá de identificação fornecido pela Contratada, cabendo à fiscalização da contratante e à segurança da Unidade, a proibição da entrada e permanência de indivíduos considerados suspeitos e indesejáveis, ou que de alguma forma representem prejuízos à segurança da OPM no local da obra.

5.3.8. Capacitação técnico-profissional:

5.3.9. As empresas licitantes deverão comprovar na data de entrega da proposta que possui(em):

5.3.10. Atestado(s) de bom desempenho em obras ou serviços da mesma natureza, fornecidos pelas contratantes das obras ou serviços;

5.3.11. Este(s) atestado(s) deverão conter, necessariamente, a especificação do tipo de serviço, com indicações da área em metros quadrados, dos trabalhos realizados e do prazo de

execução, de 50% do presente objeto. Considera-se parcela de maior significância, para fins de aferição do(s) atestado(s), que podem ser comprovados pela apresentação de um atestado ou a somatória deles:

5.3.12. A execução dos serviços de pavimentação em instalações com no mínimo 500m² de área executado (Somente a comprovação de execução do Profissional “ Engenheiro”), bem como a remoção de entulho/material na mesma quantidade, incluindo serviços de pintura, elétrica e hidráulica.

5.3.13. Profissional(is) que será(ão) responsável(áveis) pelo comando dos serviços, com experiência em obra de características análogas, mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico).

5.3.14. Considera-se parcela de maior relevância, para aferição da CAT, a execução dos serviços de pavimentação em instalações com no mínimo 425,50m² de área executado (Somente a comprovação de execução do Profissional “ Engenheiro”), bem como a remoção de entulho/material na mesma quantidade não havendo necessidade de comprovação de prazos.

5.4. Vistoria:

5.4.1. As licitantes poderão vistoriar o local da obra a fim de conhecer as condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas. Os quantitativos apresentados devem ser confirmados "in loco" pelos licitantes, incluindo-os em seus custos. Caso dispense a visita técnica, e ou não haver questionamentos referentes a quantitativos, itens faltantes ou de não entendimento, a CONTRATADA ao assinar o contrato não poderá questionar quantitativos e ou itens descritos neste memorial;

5.5. Observações:

5.5.1. A Contratada deverá manter no local o livro de registro de serviço diário, devendo o Contratante receber as segundas vias das folhas dele; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos e o fornecimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas etc.;

5.5.2. Para execução da obra, o presente Memorial Descritivo não limita a boa técnica e experiência da Contratada, indicando apenas as condições mínimas necessárias para a consecução do objeto de licitação;

5.5.3. a Contratada deverá fornecer em forma impressa Laudo da usina de asfalto comprovando temperatura de usinagem e curva granulométrica dos agregados, bem como deverá acompanhar o laudo as Notas Fiscais de entrega como forma de comprovação de que os materiais foram entregues e estão condizentes com a cotação no certame licitatório;

5.5.4. Não será admitida a reutilização de material usado ou a reutilização dos que já estão instalados no local;

5.5.5.responsabilizar-se pela guarda e vigilância de todos os materiais, ferramentas e instrumentos de sua propriedade e de tudo que será utilizado para a execução do serviço;

5.5.6.reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas serviços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, que tenham sido rejeitados pela Fiscalização;

5.5.7.a contratada indenizará a Contratante por quaisquer danos às pessoas, instalações, móveis, utensílios ou equipamentos, pela má execução dos serviços ou utilização inadequada dos materiais empregados;

5.5.8.a contratada responsabilizar-se-á por todos os encargos trabalhistas, securitários, fiscais e previdenciários, devendo oferecer documentos que comprovem o pagamento desses encargos juntamente com a Nota fiscal dos serviços realizados.

5.5.9.As garantias para a Administração Pública são aquelas previstas na legislação e os demais dispositivos legais vigentes que regem a matéria;

5.5.10. A Contratada deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras. As irregularidades constatadas pela Fiscalização do Contratante deverão ser de prontamente sanadas. A Contratada deverá manter o canteiro de obras sempre limpo.

Botucatu, 24 de agosto de 2026.

Elaborado por:

Conferido por:

**WILLIAN
SARAIVA**

**SIBIM:375550
82810**

Assinado de forma
digital por WILLIAN
SARAIVA
SIBIM:37555082810
Dados: 2026.08.25
16:37:00 -03'00'

WILLIAN SARAIVA SIBIM
2º Sgt PM Encarregado
Setor de Obras e Manutenção

Documento assinado digitalmente
gov.br MAICON HENRIQUE VITTI
Data: 25/08/2026 16:23:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MAICON HENRIQUE VITTI
1º Ten PM Ch Seç Log

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

Estudo Técnico Preliminar 173/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00475327/2026-13

2. Descrição da necessidade

O 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I), subordinado ao Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7), localizado no município de Botucatu/SP, apresenta necessidade de recuperação do pavimento de sua área interna destinada à circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos que acessam a Unidade.

Conforme verificação visual realizada no local e registros constantes do processo, o pavimento apresenta desgaste acentuado em diversos trechos, com fissuras, irregularidades, perda e desagregação superficial de material e demais pontos de deterioração. As condições observadas decorrem do processo de degradação do pavimento ao longo do tempo, associado à exposição às condições climáticas e ao tráfego contínuo de veículos.

A situação existente compromete a regularidade e as condições adequadas de utilização da superfície, especialmente por se tratar de área de uso contínuo do Batalhão, destinada, entre outras finalidades, à circulação, manobra e estacionamento de viaturas empregadas nas atividades policiais-militares.

A ausência de intervenção tende a contribuir para o avanço das deteriorações existentes, ampliando progressivamente as áreas comprometidas e podendo ocasionar a necessidade de intervenções corretivas de maior complexidade e custo. Nesse sentido, a recuperação do pavimento mostra-se necessária não apenas para correção das condições atualmente verificadas, mas também como medida destinada à conservação da infraestrutura e à preservação do patrimônio público.

Diante desse cenário, identifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento asfáltico, de modo a restabelecer condições satisfatórias de trafegabilidade, regularidade, segurança e durabilidade do pavimento, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas da Unidade.

Com base no levantamento técnico realizado por profissional habilitado, foi delimitada área de intervenção de aproximadamente 821,00 m². A solução técnica definida contempla a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante e a execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, além dos serviços preliminares e complementares necessários à adequada execução do objeto, conforme especificações e quantitativos constantes dos documentos técnicos que instruem a contratação.

A intervenção pretendida busca solução que apresente adequada relação entre desempenho, durabilidade e custo, visando prolongar a vida útil do pavimento, reduzir a necessidade de manutenções corretivas recorrentes, preservar a infraestrutura existente e assegurar a aplicação eficiente dos recursos públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá contemplar empresa especializada e tecnicamente habilitada para a execução dos serviços de recapeamento asfáltico, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, maquinários, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto, em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, do Projeto Básico, do Memorial Descritivo, da Planilha Orçamentária, do Cronograma Físico-Financeiro e dos demais documentos integrantes da contratação.

Os serviços deverão ser executados por profissionais qualificados, mediante emprego de materiais adequados e equipamentos compatíveis com a natureza dos serviços, observando-se as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis, as normas de segurança do trabalho, a legislação ambiental e demais disposições legais pertinentes.

A CONTRATADA deverá comprovar capacidade técnica compatível com as características dos serviços a serem executados e contar com profissional legalmente habilitado para assumir a responsabilidade técnica pela execução, observadas as atribuições profissionais e demais exigências previstas na legislação aplicável.

Os materiais e insumos empregados deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas pela Administração, de modo a proporcionar condições adequadas de resistência, aderência, regularidade, acabamento e durabilidade do pavimento.

A execução deverá observar o levantamento técnico da área, bem como os quantitativos, especificações, métodos executivos e demais parâmetros estabelecidos nos documentos técnicos da contratação, não sendo admitida alteração das condições previstas sem prévia anuência da Administração.

Durante a execução, deverão ser adotadas as medidas necessárias à segurança dos usuários e trabalhadores, incluindo o adequado isolamento e a sinalização das áreas em intervenção, de forma a minimizar interferências e riscos decorrentes da realização dos serviços no interior da Unidade.

A CONTRATADA deverá observar as práticas de sustentabilidade e realizar o adequado gerenciamento dos resíduos provenientes da fresagem, limpeza e demais etapas da execução, incluindo seu acondicionamento, coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação e as normas aplicáveis, devendo apresentar os respectivos comprovantes de destinação quando exigidos pela Administração.

A execução deverá observar os prazos e as etapas definidos pela Administração e pelo Cronograma Físico-Financeiro integrante da contratação, devendo a CONTRATADA garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços realizados, nos termos das condições estabelecidas no Termo de Referência.

Os serviços serão submetidos ao acompanhamento e à fiscalização da Administração, que verificará a conformidade da execução com os quantitativos, as especificações técnicas, a qualidade dos materiais empregados e as demais condições estabelecidas para a contratação.

A execução do recapeamento deverá compreender a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante e a execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, além dos serviços preliminares e complementares previstos nos documentos técnicos integrantes da contratação.

Deverão ser empregados materiais, métodos e técnicas usuais de engenharia que apresentem desempenho, durabilidade, segurança, facilidade de manutenção e adequada relação custo-benefício, evitando-se soluções de complexidade desnecessária que possam dificultar futuras intervenções ou elevar injustificadamente os custos de manutenção.

Da não exigência de garantia da contratação

Considerando a natureza comum dos serviços de engenharia, o valor estimado da contratação de R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos) e o prazo de execução de 30 (trinta) dias, avalia-se que a exigência de garantia contratual poderá representar ônus adicional aos licitantes sem benefício proporcional à Administração.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração, mediante verificação dos serviços realizados, medições e procedimentos de recebimento provisório e definitivo, permanecendo a contratada sujeita às obrigações e sanções previstas na legislação e nos instrumentos contratuais.

Considerando essas características, propõe-se a não exigência da garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, condicionada à avaliação dos riscos da contratação e à aprovação da autoridade competente, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela adequada execução dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

Para atendimento da necessidade identificada, foram consideradas as soluções usualmente disponíveis no mercado para recuperação de pavimentos deteriorados, buscando-se alternativa que proporcione condições adequadas de trafegabilidade, segurança, durabilidade e economicidade para a Administração.

Inicialmente, considerou-se a possibilidade de realização de intervenções pontuais e reparos localizados nos trechos deteriorados. Essa alternativa apresenta menor abrangência e pode ser adequada quando os danos se encontram restritos a pontos isolados do pavimento. Entretanto, diante do desgaste, das fissuras, irregularidades, desagregações superficiais e demais deteriorações verificadas em diferentes trechos da área interna do 12º BPM/I, a adoção exclusiva de reparos pontuais não se mostra a solução mais adequada, uma vez que tenderia a proporcionar recuperação localizada, sem conferir uniformidade à superfície e podendo demandar novas intervenções em curto ou médio prazo.

Como segunda alternativa, considerou-se a recuperação do pavimento mediante recapeamento asfáltico da área delimitada no levantamento técnico, precedido da fresagem do pavimento existente e da adequada limpeza e preparação da superfície. Essa solução permite remover a camada superficial deteriorada, proporcionar melhores condições de aderência à nova camada de revestimento, renovar a camada de rolamento e restabelecer condições adequadas de circulação, manobra e estacionamento dos veículos que utilizam a área.

Com base no levantamento e na avaliação técnica realizados por profissional habilitado, foi definida área de intervenção de aproximadamente 821,00 m², adotando-se como solução a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante e a execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, além dos serviços preliminares e complementares necessários à adequada execução do objeto.

A solução adotada emprega materiais, equipamentos e métodos executivos usualmente disponíveis no setor de pavimentação, não apresentando características que restrinjam injustificadamente a competitividade. Verifica-se a existência de empresas especializadas aptas à execução de serviços dessa natureza, com disponibilidade de mão de obra, equipamentos, maquinários e insumos necessários, possibilitando a seleção de fornecedor com capacidade técnica compatível com o objeto.

Para a estimativa do custo da contratação, foi utilizada como fonte oficial a Tabela/Boletim de preços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, referência 202/2026, conforme os serviços, composições, preços unitários, quantitativos e demais elementos constantes da Planilha Orçamentária e das Composições de Custos elaboradas para a contratação. A utilização desse referencial teve como finalidade assegurar a compatibilidade do orçamento estimativo com os valores oficiais aplicáveis aos serviços de engenharia e com as especificações técnicas definidas para a execução do objeto.

Diante das alternativas avaliadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução do recapeamento asfáltico apresenta-se como a solução mais adequada à necessidade da Administração, por proporcionar intervenção de maior abrangência e uniformidade, contribuir para o prolongamento da vida útil do pavimento e reduzir a necessidade de sucessivas intervenções corretivas pontuais, apresentando adequada relação entre desempenho, durabilidade e custo.

6. Descrição da solução como um todo

A solução destinada ao atendimento da necessidade da Administração consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento asfáltico na área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I), localizado no município de Botucatu/SP, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, maquinários, ferramentas, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto.

A intervenção terá por finalidade recuperar as condições de utilização da área destinada à circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos, proporcionando superfície adequada quanto à regularidade, resistência, segurança e durabilidade.

Com base no levantamento técnico realizado por profissional habilitado, a intervenção abrangerá área aproximada de 821,00 m², conforme delimitação constante do Projeto Básico e dos demais documentos técnicos integrantes da contratação.

A solução compreenderá inicialmente a fresagem do pavimento asfáltico existente na área delimitada, com utilização de equipamentos apropriados, de modo a remover a camada superficial deteriorada e proporcionar condições adequadas para a execução das etapas subsequentes.

Os materiais e resíduos provenientes da fresagem e dos demais serviços deverão ser devidamente acondicionados, removidos, transportados e destinados a local ambientalmente adequado, em conformidade com a legislação e as normas aplicáveis.

Após a fresagem, será realizada a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, visando remover materiais soltos, resíduos e impurezas que possam prejudicar a aderência e a adequada execução da nova camada de revestimento.

Concluída a limpeza e a preparação da superfície, será realizada a aplicação de imprimação betuminosa ligante, de maneira uniforme e em conformidade com as especificações técnicas aplicáveis, visando proporcionar adequada aderência entre o pavimento existente e a nova camada asfáltica.

A camada de rolamento será executada em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm e quantitativo estimado de 24,63 m³, contemplando o fornecimento, transporte, aplicação, espalhamento, compactação e acabamento final, em conformidade com as especificações constantes dos documentos técnicos integrantes da contratação e com as normas aplicáveis do DNIT e do DER-SP.

A aplicação e a compactação da mistura asfáltica deverão ser realizadas mediante utilização de equipamentos apropriados e compatíveis com a natureza dos serviços, incluindo vibroacabadora e equipamentos de compactação, de modo a proporcionar adequada distribuição, regularidade, compactação e acabamento da superfície.

A contratação deverá contemplar todos os serviços e insumos indispensáveis à entrega da solução em condições plenas de utilização, evitando-se o fracionamento de etapas tecnicamente interdependentes ou a transferência à Administração da responsabilidade pelo fornecimento de elementos essenciais à execução.

Os serviços deverão ser executados por equipe qualificada e mediante utilização de materiais e equipamentos compatíveis com as especificações técnicas estabelecidas, observando-se as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia, as exigências de segurança do trabalho, as disposições ambientais pertinentes e as demais condições estabelecidas nos documentos da contratação.

Durante a execução, a área em intervenção deverá ser adequadamente isolada e sinalizada, considerando a necessidade de compatibilização dos serviços com o funcionamento do 12º BPM/I e com a circulação de pessoas e veículos no interior da Unidade.

A execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração, devendo ser verificada a conformidade dos serviços executados e dos materiais empregados com as especificações, os quantitativos, os critérios de qualidade e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência e nos documentos técnicos integrantes da contratação.

A solução deverá contemplar garantia dos serviços executados, nos termos da legislação aplicável e das condições estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento contratual, de modo a resguardar a Administração quanto à qualidade, solidez e ao adequado desempenho do objeto contratado.

Dessa forma, a solução proposta busca recuperar de maneira adequada e duradoura o pavimento da área interna do 12º BPM/I, proporcionando melhores condições de trafegabilidade e segurança, prolongando a vida útil da infraestrutura existente, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas recorrentes e contribuindo para a preservação do patrimônio público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa dos quantitativos a serem contratados foi definida com base no levantamento técnico da área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I) objeto da intervenção, considerando as dimensões do local, as condições do pavimento existente e a solução técnica estabelecida nos documentos que instruem a contratação.

Conforme levantamento e Projeto elaborados por profissional habilitado, a área total destinada à execução dos serviços de recapeamento asfáltico corresponde a aproximadamente 821,00 m², abrangendo as áreas internas delimitadas para circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos.

Para a execução da solução foram estimados os seguintes quantitativos principais:

- a) fresagem de pavimento asfáltico com espessura de até 5 cm: 821,00 m²;
- b) remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica: 21,35 m³;
- c) destinação de resíduos sólidos em aterro devidamente autorizado: 2,13 m³;
- d) limpeza da superfície rígida mediante hidrojateamento: 821,00 m²;
- e) aplicação de imprimação betuminosa ligante: 821,00 m²;
- f) execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ: 24,63 m³, correspondente à aplicação de camada com espessura de 3 cm na área objeto da intervenção.

Os quantitativos foram dimensionados a partir das características da área e da solução técnica definida, estando discriminados na Planilha Orçamentária, no Projeto, no Memorial Descritivo e nos demais documentos técnicos integrantes da contratação.

A estimativa contempla os quantitativos necessários à execução integral da solução, buscando evitar tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer a adequada conclusão dos serviços, quanto o superdimensionamento, que poderia resultar em aplicação desnecessária de recursos públicos.

Os quantitativos apurados serviram de base para a elaboração da Planilha Orçamentária, do Cronograma Físico-Financeiro, do Termo de Referência e dos demais documentos técnicos que integram a contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 80.857,26

O valor estimado da contratação foi definido com base nos quantitativos e nas especificações técnicas estabelecidos para a execução dos serviços de recapeamento asfáltico na área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I).

A elaboração do orçamento estimativo considerou os serviços necessários à execução integral da solução, incluindo a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante e a execução da camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, bem como o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, maquinários, transporte e demais insumos necessários à completa execução do objeto.

Por se tratar de contratação envolvendo serviço de engenharia, a estimativa de custos foi elaborada com base na Tabela/Boletim de preços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, referência 202/2026, observadas as especificações, unidades de medida, quantitativos, preços unitários, composições de custos e demais elementos constantes da documentação técnica da contratação.

Conforme Planilha Orçamentária elaborada para a contratação, o valor estimado total para execução do objeto é de R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), contemplando os custos necessários à execução dos serviços e o BDI previsto no orçamento.

A estimativa encontra-se detalhada na Planilha Orçamentária e nas respectivas Composições de Custos que integram a documentação da contratação, permitindo a identificação dos serviços, unidades de medida, quantitativos, preços unitários e valores totais considerados para a formação do orçamento.

Valor estimado da contratação: R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características do objeto e a interdependência técnica entre as etapas necessárias à execução do recapeamento asfáltico, não se mostra recomendável o parcelamento da contratação.

Os serviços necessários à execução do objeto constituem etapas sucessivas e diretamente relacionadas entre si, compreendendo a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante, a execução da camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, a compactação, o acabamento e os demais serviços complementares necessários à adequada conclusão da intervenção.

A execução dessas etapas sob responsabilidade de uma única empresa favorece a compatibilidade entre os métodos executivos empregados, a continuidade dos serviços, o controle de qualidade e a adequada responsabilização pelo resultado final da intervenção.

O parcelamento da execução entre diferentes empresas poderia gerar dificuldades de coordenação e compatibilização das etapas, além de potencial conflito na identificação de responsabilidades em caso de falhas, vícios ou necessidade de correções posteriores, especialmente considerando que o desempenho e a durabilidade do pavimento dependem da adequada execução do conjunto dos serviços.

A contratação conjunta dos serviços também proporciona maior eficiência na mobilização de mão de obra, máquinas e equipamentos, na logística de fornecimento e aplicação dos materiais e no acompanhamento e fiscalização da execução pela Administração.

Dessa forma, mostra-se técnica e economicamente adequada a contratação da solução como um único objeto, preservando-se a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução, qualidade e desempenho global dos serviços.

A opção pelo não parcelamento não implica restrição injustificada à competitividade, uma vez que os serviços que compõem a solução são usualmente executados por empresas especializadas no ramo de pavimentação asfáltica, devendo os requisitos de habilitação e execução permanecer proporcionais à natureza, à dimensão e à complexidade do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Até o presente momento, não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias à execução do objeto.

A solução pretendida contempla, em uma única contratação, o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos, maquinários, ferramentas, transporte e demais insumos e serviços necessários à completa execução do recapeamento asfáltico da área interna do 12º BPM/I, conforme especificações e quantitativos definidos nos documentos técnicos que instruem a contratação.

A fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante, a execução da camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, a compactação, o acabamento e os demais serviços necessários à adequada conclusão do objeto encontram-se abrangidos pela própria contratação.

Dessa forma, não se verifica a necessidade de contratação distinta cuja execução constitua condição indispensável ou tecnicamente interdependente para a realização do objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes institucionais estabelecidas no Plano de Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo 2024–2031, que possui como um dos fundamentos da gestão institucional a Excelência da Gestão, orientada, entre outros aspectos, à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

A contratação guarda especial relação com o Objetivo Estratégico nº 4 – “Promover a melhoria contínua dos macroprocessos operacionais, gerenciais e de apoio”, uma vez que o recapeamento asfáltico da área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I) representa intervenção destinada à melhoria e conservação da infraestrutura de apoio necessária ao adequado funcionamento da Unidade.

A recuperação da área destinada à circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos contribui para a manutenção de condições adequadas ao desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas, bem como para a preservação do patrimônio público e para a utilização eficiente dos recursos disponibilizados à Instituição.

Embora a presente contratação não esteja contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, a demanda decorre de necessidade superveniente identificada pela Administração durante o exercício, em razão das atuais condições de deterioração do pavimento, não tendo sido possível sua integral previsão à época da elaboração do planejamento anual.

A necessidade encontra-se devidamente caracterizada e alinhada ao planejamento estratégico institucional, justificando-se o prosseguimento da contratação mediante adoção das providências administrativas cabíveis para sua adequada instrução e processamento, observadas as normas aplicáveis.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra respaldo nas diretrizes de melhoria contínua, eficiência administrativa, preservação do patrimônio público e Excelência da Gestão estabelecidas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo, contribuindo para a conservação e o aprimoramento da infraestrutura necessária ao funcionamento do 12º BPM/I.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação tem por objetivo promover a recuperação das condições do pavimento da área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I), mediante execução de serviços de recapeamento asfáltico, proporcionando infraestrutura adequada à circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos que acessam a Unidade.

Com a execução dos serviços, espera-se alcançar os seguintes benefícios:

- melhoria das condições de trafegabilidade e regularidade do pavimento;
- aumento da segurança na circulação e manobra de veículos na área interna da Unidade;
- recuperação da superfície atualmente deteriorada, proporcionando pavimento mais uniforme, resistente e adequado à utilização;
- melhoria das condições de acesso, circulação e estacionamento das viaturas policiais;
- preservação da infraestrutura e do patrimônio público;
- prolongamento da vida útil do pavimento;
- redução da necessidade de intervenções corretivas recorrentes e dos custos associados à manutenção das áreas deterioradas;
- prevenção do agravamento das fissuras, desgastes, desagregações e demais deteriorações existentes;
- melhoria das condições gerais de utilização e funcionalidade do pátio interno do Batalhão;
- maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, mediante adoção de solução destinada a proporcionar maior durabilidade e reduzir a necessidade de reparos sucessivos.

Além dos benefícios diretamente relacionados à infraestrutura, a intervenção contribuirá para proporcionar condições mais adequadas ao desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas do 12º BPM/I, considerando a utilização contínua da área contemplada para circulação, manobra e estacionamento de viaturas empregadas no serviço policial-militar.

A execução do recapeamento também possui caráter preventivo, na medida em que a intervenção sobre o pavimento atualmente deteriorado tende a evitar o avanço dos danos e a consequente necessidade de serviços futuros de maior complexidade e custo.

Dessa forma, pretende-se obter solução duradoura, segura e economicamente adequada, capaz de restabelecer as condições de utilização da área interna do 12º BPM/I, preservar o patrimônio público e contribuir para a manutenção da infraestrutura necessária ao adequado funcionamento da Unidade.

13. Providências a serem Adotadas

Os levantamentos e avaliações técnicas necessários ao dimensionamento da contratação já foram realizados por profissional habilitado, encontrando-se definidos a área de intervenção, os quantitativos, as especificações técnicas, os métodos executivos e os demais elementos necessários à execução dos serviços de recapeamento asfáltico.

Foram elaborados os documentos técnicos necessários à caracterização e ao dimensionamento do objeto, incluindo o Projeto Básico, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, os quais deverão integrar a documentação da contratação e subsidiar a execução e a fiscalização dos serviços.

A Administração deverá adotar as providências necessárias à adequada instrução e ao prosseguimento do procedimento de contratação, incluindo a confirmação da disponibilidade dos recursos orçamentários e o atendimento das demais exigências administrativas aplicáveis.

Para acompanhamento da execução contratual, deverão ser formalmente designados gestor e fiscal(is) do contrato, aos quais competirá acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, observando as especificações, quantitativos, prazos, qualidade dos materiais e serviços e demais condições estabelecidas nos documentos da contratação.

Previamente ao início da execução, deverá ser realizado o planejamento da utilização e liberação da área interna do 12º BPM/I objeto da intervenção, considerando sua utilização para circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos, de modo a compatibilizar a realização dos serviços com o funcionamento da Unidade.

Durante a execução, a área objeto da intervenção deverá ser devidamente isolada e sinalizada, devendo ser adotadas medidas destinadas a minimizar interferências no funcionamento do Batalhão e preservar a segurança dos policiais militares, trabalhadores, visitantes e demais usuários do local.

A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, conforme aplicável, devidamente registrada no conselho profissional competente, nos termos estabelecidos no Termo de Referência.

Concluídos os serviços, a área deverá ser submetida à inspeção e aos procedimentos de medição e recebimento previstos no Termo de Referência e demais documentos da contratação, verificando-se a conformidade da execução com as especificações técnicas, quantitativos e critérios de qualidade estabelecidos antes do recebimento definitivo do objeto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços de recapeamento asfáltico poderá ocasionar impactos ambientais decorrentes do consumo de matérias-primas e derivados de petróleo utilizados na produção do Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ e da emulsão asfáltica, bem como do consumo de água, energia e combustíveis empregados nas etapas de fresagem, hidrojateamento, produção, transporte, aplicação e compactação dos materiais. Tais atividades também podem ocasionar emissões atmosféricas, geração de poeira e ruídos provenientes da operação de máquinas, equipamentos e veículos utilizados durante a execução.

14.2. Durante a execução dos serviços serão gerados resíduos provenientes da fresagem do pavimento asfáltico existente, em quantitativo estimado de 21,35 m³, além de materiais decorrentes da limpeza e preparação da superfície, embalagens, sobras de insumos e demais resíduos relacionados às atividades desenvolvidas. A CONTRATADA deverá promover o adequado acondicionamento, coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada desses resíduos, observando a legislação e as normas aplicáveis, sendo vedado seu descarte irregular nas dependências da Unidade ou em locais não autorizados. A CONTRATADA deverá apresentar os respectivos comprovantes de destinação quando exigidos pela Administração.

14.3. Deverão ser adotadas medidas destinadas à prevenção de derramamentos e vazamentos de combustíveis, óleos, emulsões asfálticas e demais substâncias potencialmente poluentes, especialmente durante o abastecimento, a operação e a permanência de máquinas e equipamentos no local, de forma a evitar a contaminação do solo e das águas pluviais.

14.4. A execução deverá ser planejada de modo a reduzir, sempre que tecnicamente possível, desperdícios de materiais, movimentações desnecessárias de veículos e equipamentos e consumo excessivo de recursos, priorizando-se a utilização eficiente dos insumos e a adequada programação das etapas dos serviços.

14.5. Os materiais e métodos executivos empregados deverão observar as especificações técnicas e os critérios de qualidade estabelecidos para a contratação, buscando assegurar adequada durabilidade do pavimento. A maior vida útil da solução contribui para a redução da frequência de intervenções futuras e, conseqüentemente, para a diminuição do consumo de matérias-primas, da geração de resíduos e dos impactos ambientais associados a novos serviços de manutenção e recuperação.

14.6. Considerando a natureza e a dimensão da intervenção, não foram identificados impactos ambientais que inviabilizem a contratação, desde que sejam observadas pela CONTRATADA as medidas de prevenção, controle, gerenciamento de resíduos e demais exigências previstas na legislação ambiental aplicável e nos documentos integrantes da contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se viável e adequada ao atendimento da necessidade identificada, considerando as atuais condições de deterioração do pavimento da área interna do 12º Batalhão de Polícia Militar do Interior (12º BPM/I) e a necessidade de restabelecer condições satisfatórias de trafegabilidade, regularidade, segurança e durabilidade.

A solução técnica definida para a área aproximada de 821,00 m² contempla a fresagem do pavimento asfáltico existente, a remoção e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, a limpeza da superfície mediante hidrojateamento, a aplicação de imprimação betuminosa ligante e a execução de camada de rolamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, com espessura de 3 cm, além dos serviços complementares necessários à adequada conclusão do objeto.

A solução emprega materiais, equipamentos e métodos executivos usualmente disponíveis no mercado, existindo empresas especializadas aptas à execução dos serviços, sem que tenham sido identificadas características capazes de restringir injustificadamente a competitividade.

O valor estimado da contratação é de R\$ 80.857,26 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), conforme Planilha Orçamentária elaborada com base nos quantitativos, nas especificações técnicas e na Tabela/Boletim de preços da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, referência 202/2026.

A contratação conjunta dos serviços mostra-se técnica e economicamente adequada, considerando a interdependência entre as etapas da execução, favorecendo a continuidade dos serviços, o controle de qualidade e a responsabilização integral da CONTRATADA pelo resultado final da intervenção.

Também não foram identificados impactos ambientais capazes de inviabilizar a contratação, desde que sejam observadas as medidas de prevenção, controle, gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, bem como as demais exigências previstas na legislação e nos documentos integrantes da contratação.

A recuperação do pavimento contribuirá para a melhoria das condições de circulação, manobra e estacionamento de viaturas policiais e demais veículos, para a preservação da infraestrutura e do patrimônio público, para o prolongamento da vida útil do pavimento e para a redução da necessidade de intervenções corretivas recorrentes.

Diante dos elementos analisados, conclui-se que a contratação apresenta viabilidade técnica, econômica, operacional e ambiental, mostrando-se adequada ao atendimento da necessidade da Administração e ao interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SARAH BIASON RODRIGUES GUABIRABA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/10/2026 às 12:13:25.

MATRIZ DE RISCO

Mapa de Gerenciamento de Riscos 159/2026

1. Informações Básicas

Número do Mapa de Gerenciamento de Riscos

159/2026

Status do Mapa de Gerenciamento de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto do Mapa de Riscos

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de recapeamento asfáltico na área interna do 12º BPM/I.

Responsável pela Edição

BRUNA DE VASCONCELOS BIAZON SANCHES

Data de Criação

24/08/2026 14:22

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Não haver disponibilidade orçamentária	Cortes ou contingenciamentos no orçamento determinados pela Administração Pública.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos

- 1 Não será possível a contratação.
- 2 As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.

Ações Preventivas

P-01 Buscar base no Planejamento Estratégico e Orçamentário da Unidade, com foco no Plano de Contratações Anual. **Responsável:** RICARDO SILVERIO AMARAL

Ações de Contingência

C-01 Buscar remanejamento de valores previstos na disponibilidade orçamentária anual da Unidade Orçamentária (UO). **Responsável:** MAICON HENRIQUE VITTI

C-02 Revisão da necessidade imediata dos itens demandados. **Responsável:** MAICON HENRIQUE VITTI

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Especificação insuficiente dos serviços	Falta de verificação ou verificação incorreta da necessidade atual da Unidade, tendo em vista que a falta ou insuficiência das necessidades podem causar imprevistos futuros.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos

- 1 Os serviços não atenderão todas as necessidades da Unidade e não serão contratados
- 2 Haverá prejuízos às atividades da Unidade.

Ações Preventivas

P-01 Descrever o (s) item (ns) do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades. **Responsável:** RICARDO SILVERIO AMARAL

P-02 Descrever de forma detalhada os critérios de aceitação dos serviços. **Responsável:** RICARDO SILVERIO AMARAL

P-03 Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de entrega do serviço. **Responsável:** RICARDO SILVERIO AMARAL

Ações de Contingência

C-01 Estudar o grau de insuficiência e verificar a possibilidade de rescisão contratual. **Responsável:** MAICON HENRIQUE VITTI

C-02 Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena. **Responsável:** MAICON HENRIQUE VITTI

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Atraso na conclusão do processo licitatório	Demora da equipe de planejamento da contratação ou do setor de aquisição, licitações e contratos em formular os documentos necessários ou gerenciar as fases do processo.	Planejamento	Administração	Alto	

Impactos

- 1 Não atendimento à demanda no prazo necessário.
- 2 Haverá prejuízos às atividades da Unidade.

Ações Preventivas

P-01 Nomear mais pessoas para apoiar a equipe de planejamento da contratação. **Responsável:** RICARDO SILVERIO AMARAL

P-02	Realizar estudo preliminar em tratativas dos demandantes e dos planejadores.			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
Ações de Contingência						
C-01	Continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Licitação deserta ou fracassada	Falha na fase interna do processo licitatório ou grande variação de preços praticados pelo mercado.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
2	Impossibilidade de execução dos serviços.					
Ações Preventivas						
P-01	Estimar de forma adequada os valores , de forma que seja economicamente viável o contrato ao (s) licitante (s).			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
P-02	Revisão do processo na fase interna da licitação por agente que não participou do planejamento da compra.			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
Ações de Contingência						
C-01	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado. Corrigir a pesquisa de preços.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		
C-02	Corrigir o instrumento convocatório e reabrir o prazo para envio de propostas.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Seleção de fornecedor sem condições de cumprir o contrato /empenho ou Instrumento equivalente	Falha do setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Seleção do Fornecedor	Administração	Alto	
Impactos						
1	Interrupção dos serviços de reforma.					
2	Abandono do instrumento de contrato por parte da contratada.					
3	As atividades da Unidade serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a habilitação do fornecedor de forma criteriosa, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório.			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
Ações de Contingência						
C-01	Verificar a possibilidade de rescisão contratual.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		
C-02	Caso haja infração por parte da contratada, abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Preços subestimados ou superestimados nos orçamentos estimativos	Licitação deserta ou fracassada do processo licitatório por desinteresse do mercado ou aquisição acima do valor de mercado.	Planejamento	Administração	Alto	
Impactos						
1	Fracasso do processo licitatório por desinteresse do mercado ou aquisição a preços acima do valor de mercado.					
Ações Preventivas						
P-01	Realizar a pesquisa de preços em conformidade com a legislação vigente e que reflita a realidade do mercado local/regional.			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
P-02	Fazer um misto de pesquisa de preços, incluindo pesquisa de mercado junto a fornecedores bem como os preços do site oficial.			Responsável: RICARDO SILVERIO AMARAL		
Ações de Contingência						
C-01	Repetir as pesquisas de preços de forma mais ampla, com auxílio da unidade técnica demandante.			Responsável: MAICON HENRIQUE VITTI		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 RICARDO SILVERIO AMARAL
Data: 25/08/2026 14:36:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO SILVERIO AMARAL

Equipe de apoio